



CÓD: OP-103DZ-22
7908403531394

MP-BA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

450 questões gabaritadas- GABARITANDO -
Assistente Técnico
- Administrativo

CADERNO DE QUESTÕES

Caderno de Questões

1. Língua Portuguesa	5
2. Raciocínio Lógico.....	69
3. Direito Administrativo	83
4. Direito Constitucional	103
5. Noções de Administração	127

das, fáceis de serem destruídas: plantas, insetos, ninhos, aves, músicas, poemas, memórias, livros, peixes, muros brancos, crianças, velhos, jardins...

Mas eu tenho medo que vocês não resistam à tentativa de quebrar o ovo onde eu e o meu mundo moramos. Como é fácil quebrar um ovo! Fácil e irreversível: nunca mais! Assim, por enquanto, o ovo onde moram meus sonhos fica sob a minha guarda. Até encontrar os herdeiros que eu espero.

Levando em consideração que o adjetivo é a classe de palavras que modifica o substantivo, atribuindo-lhe características mais precisas, assinale a expressão destacada que **NÃO** se refere a tal classe gramatical.

- (A) “A criança é impotente.”
- (B) “O amor sozinho não faz milagres.”
- (C) “Maldade é o poder usado para a morte.”
- (D) “Dentro dele estão coisas delicadas, fáceis de serem destruídas: [...]”
- (E) “Juntos, então os adolescentes se constituem num exército poderoso.”

11. INSTITUTO CONSULPLAN - OUV (CM ITABIRA)/CM ITABIRA/2022

Assunto: Conjugação. Reconhecimento e emprego dos modos e tempos verbais

Linguagem Jurídica: impedimento ou acesso?

Obstáculos financeiros, sociais e culturais impedem que as pessoas conheçam e reivindiquem seus direitos.

“A senhora dá quitação das parcelas atrasadas dos alimentos?”. Essa pergunta foi feita por uma conciliadora e, logo que foi dita, provocou alguns minutos de silêncio entre os participantes da conversa, no caso, eu e outra defensora pública, a conciliadora, que tinha a responsabilidade de conduzir uma tentativa de acordo entre um homem e uma mulher (partes do processo) que discutiam o valor da pensão alimentícia a ser paga para a filha do casal.

Imediatamente me recordei do documentário “Justiça” (2004), dirigido por Maria Ramos, que busca retratar o cotidiano de julgamentos criminais. Em uma das cenas do filme, durante o interrogatório de uma mulher presa por acusação de roubo, a promotora de justiça pergunta se “ela vivia da subtração do patrimônio alheio?” e a resposta da mulher foi um sincero “ah?!”.

As reações que aconteceram nessas situações – silêncio e estranhamento – são normais em pessoas não formadas ou não habituadas à linguagem jurídica, marcada por um elevado grau de formalismo e tecnicismo que exclui os “não iniciados” no direito e preserva seu caráter elitista.

Todo trabalho, carreira, profissão ou área de conhecimento possui uma forma de comunicação, ritos, procedimentos e maneiras de agir que lhe são próprias. A formação profissional serve exatamente como processo de socialização nesse “modo de ser e agir” específico de cada

prática profissional. Em relação ao direito, o formalismo da linguagem jurídica não deve mais ser analisado apenas a partir do abandono das categorias e práticas jurídicas, mas sobre como a técnica jurídica pode contribuir para ampliar (ou não) o conhecimento sobre justiça e direitos na nossa sociedade. Trata-se de discutir o “acesso à justiça” e não apenas o “acesso a direitos”.

A preocupação com a linguagem jurídica como instrumento de acesso à justiça é um fenômeno mais recente e tem por objetivo informar sobre direitos; incorporar alguma participação social no sistema de justiça; e, buscar soluções jurídicas mais duradouras.

A educação para e sobre direitos acompanha uma evolução crítica dos papéis que a justiça (e em especial o Poder Judiciário) têm que assumir. As atuais teorias vão além da defesa do Judiciário como instância hierárquica superior que se impõe para decidir um caso e impor a aplicação de uma forma específica de expressão do direito. Com isso, pode-se observar melhor a articulação entre direito e sociedade que revela o direito enquanto regulador social.

Esse papel se conecta diretamente com a função de soluções jurídicas duradouras. Uma frase repetida à exaustão no direito é a de que ele busca a “paz social” e a “aplicação da lei”, que geralmente se entende como a existência de uma única resposta correta. Contudo, a interpretação e aplicação do direito dependem da conjugação entre a expressão da norma jurídica (regra, com maior certeza textual, e princípio, com maior abstração em seu conteúdo) e os fatos, ou seja, aquilo que existe na sociedade. Nessa perspectiva, podemos entender como uma mesma expressão pode ser interpretada de modos diferentes a depender do território e do tempo.

Essas finalidades são mais bem atingidas quando as respostas jurídicas são compreendidas além dos profissionais que foram juridicamente habilitados. Para que se alcancem soluções que, embora insatisfatórias, sejam cumpridas, é necessário que seja viabilizada a sua compreensão. O direito não pode, assim, continuar a ser uma área de conhecimento que “fale consigo mesmo” e a sua abertura ao externo e à sociedade com quem ele dialoga é fundamental, até porque ele é produto e consequência da sociedade, depende do abandono dos formalismos excludentes.

O acesso à justiça pela linguagem é feito pela simplificação da escrita jurídica, seja pelo abandono do rebuscamento típico do direito, seja pela incorporação de linguagem mais coloquial. Também é possível recorrer ao uso de instrumentos visuais ou gráficos para comunicar sobre o direito, ou, simplesmente, aumentar a fonte nas peças processuais.

Os recursos de acessibilidade linguística, que devem observar problemas específicos de idade, gênero, grau de escolaridade e deficiências, constituem o reconheci-

to entre o sentido de justiça e as pessoas que fazem uso das instituições que compõem o sistema de justiça. Esse vínculo constrói a aproximação entre pessoas-sociedade e justiça, diminuindo o obstáculo social-cultural no acesso à justiça, assim como a ideia de justiça. Em outros termos, a justiça deixa de ser uma noção intangível para se tornar parte da realidade pessoal e coletiva.

Retomando o caso que inicia esse texto, uma proposta de acessibilidade linguística seria dividir a pergunta em duas etapas: primeiro, perguntar se todos os meses de pensão foram pagos e, em segundo lugar, se, havendo dívida, haveria vontade de cobrar essa dívida. Essa transformação na expressão jurídica pode parecer singela, mas representa uma profunda quebra de paradigma no que se entende por direito e nas pretensões que o conhecimento fique restrito a uma casta.

(CRUZ, Elisa. Linguagem Jurídica: impedimento ou acesso? Nexo, 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/>

Releia esta passagem: “[...] primeiro, perguntar se todos os meses de pensão foram pagos e, em segundo lugar, se, havendo dívida, haveria vontade de cobrar essa dívida.”.

Considerando-se o contexto, o emprego do futuro do pretérito do modo indicativo na forma verbal destacada sinaliza:

- (A) Dúvida, já que não há probabilidade de o fato se concretizar no tempo presente.
- (B) Certeza, visto que se pode afirmar que o fato acontecerá em algum momento futuro.
- (C) Hipótese, pois se trata de um fato que poderá ocorrer, dependendo de uma condição.
- (D) Impossibilidade, uma vez que se trata de um fato futuro subordinado a um fato passado.

12. INSTITUTO CONSULPLAN - AG (PREF GONÇALVES)/PREF GONÇALVES/COMBATE À ENDEMIAS/2022

Assunto: Pronomes pessoais

Quem ama, cuida

Somos uma geração perplexa, somos uma geração insegura, somos uma geração aflita — mas, como tudo tem seu lado bom, somos uma geração questionadora.

O que existe por aí não nos satisfaz. Sofremos com a falta de uma espinha dorsal mais firme que nos sustente, com a desmoralização generalizada que contamina velhos e jovens, com uma baixa autoestima e descaso que, penso eu, transpareceram em nossa equipe de futebol na Copa do Mundo.

Algum remédio deve ser buscado na realidade, sem desprezar a força da imaginação e a raiz das tradições — até no trato com as crianças.

Uma duradoura influência em minha vida, meu trabalho e arte, foram os contos de fadas: antiquíssimas histórias populares revistas e divulgadas por Andersen e pelos Irmãos Grimm, para povoar e enriquecer alma de milhões de crianças — e adultos.

Esses relatos, plenos de fantasia, falam de realidades e mitos arcaicos que transcendem linguagem, raça e geografia, e nos revelam.

Nessa literatura infantil reúnem-se dois elementos que me apaixonam: o belo e o sinistro. Ela abre, através da imaginação, olhos e medos para a vida real, tecida de momentos bons e ameaças sinistras, experiências divertidas e outras dolorosas — também na infância.

Na realidade, nem sempre os fortes vencem e os frágeis são anulados: a força da inteligência de pessoas, grupos, ou povos ditos “fracos”, inúmeras vezes derrota a brutalidade dos “fortes” menos iluminados. Porém o mal existe, a perversão existe, atualmente a impunidade reina neste país nosso, confundindo critérios que antes nos orientavam. Cabe à família, à escola, e a qualquer pessoa bem intencionada, reinstaurar alguns fundamentos de vida e instaurar novos.

Não vejo isso em certa — não generalizada — tendência para uma educação imbecilizante de nossas crianças, segundo a qual só se deve aprender brincando, a escola passou a ser quase um pátio tumultuado, e a falta de respeito reproduz o que acontece tanto em casa quanto em alguns altos escalões do país.

Essa mesma corrente de pensamento quer mutilar histórias infantis arcaicas como a do Chapeuzinho Vermelho: agora o Lobo acaba amigo da Vovó... e nada de devorar a velha, nada de abrir a barriga da fera e retirá-la outra vez. Tudo numa boa, todos na mais santa paz, tudo de brincadeira — como não é assim a vida.

Modificam-se textos de cantigas como “Atirei o pau no gato”, transformando-a em um ridículo “Não atire o pau no gato” e outras bobajadas, porque o gato é bonzinho e nós devemos ser idem, no mais detestável politicamente correto que já vi.

O mundo não é assim. Coisas más e assustadoras acontecem, por isso nossas crianças e jovens devem ser preparados para a realidade. Não com pessimismo ou cinismo, mas com a força de um otimismo lúcido.

Medo faz parte de existir, e de pensar. Não precisa ser terror da violência doméstica, física ou verbal, ou da violência nas ruas — mas o medo natural e saudável que nos faz cautelosos, pois nem todo mundo é bonzinho, adultos e mesmo crianças podem ser maus, nem todos os líderes são modelos de dignidade. Uma dose de realismo no trato com crianças ajudará a lhes dar o necessário discernimento, habilidade para perceber o positivo e o negativo, e escolher melhor.

6. INSTITUTO CONSULPLAN - NER (TJ MS)/TJ MS/PROVIMENTO/2021

Assunto: Argumentos - métodos decorrentes da tabela verdade

Do ponto de vista da Lógica, quando um processo empregado para investigação, descoberta e comprovação da verdade parte do geral para o particular, do desconhecido para o conhecido, pode-se afirmar que se trata de:

- (A) Método dedutivo, silogismo, partindo da causa para o efeito.
- (B) Paralogismo, um erro lógico involuntário, sem a intenção de enganar.
- (C) Argumento de autoridade, citando-o para sustentar uma proposição.
- (D) Generalização apressada, supondo como regra algo excepcional.

7. INSTITUTO CONSULPLAN - NER (TJ MS)/TJ MS/REMOÇÃO/2021

Assunto: Argumentos - métodos decorrentes da tabela verdade

A sociedade tem presenciado e vivido, nas últimas décadas, uma explosão no desenvolvimento da inteligência artificial que apresenta como uma de suas características básicas a capacidade de raciocínio aplicando regras lógicas a um conjunto de dados disponíveis para chegar a uma conclusão. Pode-se afirmar que o exposto anteriormente está relacionado ao:

- (A) Não desenvolvimento da lógica indutiva.
- (B) Modo de raciocinar que vai do maior ao menor.
- (C) Interesse por sistemas de inferência não dedutivos.
- (D) Raciocínio vicioso ou falacioso, chamado de sofisma.

8. INSTITUTO CONSULPLAN - ATU (IPASG)/IPASG/2021

Assunto: Argumentos - métodos decorrentes da tabela verdade

Considere que as premissas apresentadas nos argumentos I e II são verdadeiras:

- I. Todo psicólogo é estudioso. Existe psicólogo que é feliz. Logo, todo estudioso é feliz.
- II. Todo atuário gosta de matemática. José é atuário. Portanto, José gosta de matemática.

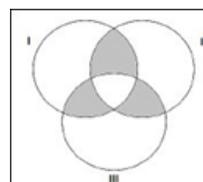
De acordo com as regras da lógica argumentativa, pode-se afirmar que:

- (A) Os argumentos I e II são válidos.
- (B) Somente o argumento I é válido.
- (C) Somente o argumento II é válido.
- (D) Ambos os argumentos não são válidos.

9. INSTITUTO CONSULPLAN - AG (CM BARBACENA)/CM BARBACENA/CONTROLE INTERNO/2022

Assunto: Diagramas lógicos, Proposições categóricas, Negação de quantificadores

Os clientes de um supermercado foram questionados sobre o consumo ou não dos produtos I, II e III. As respostas de todos eles podem ser resumidas em um diagrama como o representado na figura a seguir:



A parte sombreada na figura representa o número de clientes que consomem:

- (A) Apenas dois produtos.
- (B) No máximo dois produtos.
- (C) Pelo menos um dos produtos I, II e III.
- (D) Os produtos (I e II) ou (I e III) ou (II e III).

10. INSTITUTO CONSULPLAN - ANA BD (SEFAZ PI)/SEFAZ PI/2021

Assunto: Diagramas lógicos, Proposições categóricas, Negação de quantificadores

Considere os seguintes argumentos:

- I. Todos os números pares são naturais. "X" é um número par. Logo, "X" é um número natural.
- II. Todos piauienses são nordestinos. Geraldo não é piauiense. Logo, Geraldo não é nordestino.
- III. Os servidores da SEFAZ-PI trabalham na fiscalização ou na área administrativa. Jéssica é servidora da SEFAZ-PI e não trabalha na área administrativa. Logo, Jéssica trabalha na fiscalização.

Considerando tais argumentos, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.

11. INSTITUTO CONSULPLAN - ENF (PREF COLÔMBIA)/PREF COLÔMBIA/2020

Assunto: Diagramas lógicos, Proposições categóricas, Negação de quantificadores

Analise as afirmações sobre os funcionários de um determinado hospital:

- todo médico é responsável;

• não há enfermeiro e não há anestesista que não seja responsável; e,

• todo homem, se não for enfermeiro, ou é médico ou é anestesista.

Portanto, tem-se, necessariamente que:

(A) Todo homem é responsável.

(B) Todo responsável é homem.

(C) Algum enfermeiro é anestesista.

(D) Todo responsável é enfermeiro ou anestesista.

12. INSTITUTO CONSULPLAN - CSOC (PREF FORMIGA)/PREF FORMIGA/2020

Assunto: Diagramas lógicos, Proposições categóricas, Negação de quantificadores

Considere que todas as pessoas que são bem-sucedidas acordam cedo. Se Pedro é uma pessoa que acorda cedo e João é bem-sucedido, pode-se afirmar certamente que:

(A) Pedro e João acordam cedo.

(B) Pedro e João são bem-sucedidos.

(C) Pedro é bem-sucedido e João acorda cedo.

(D) Nem Pedro é bem-sucedido nem João acorda cedo.

13. INSTITUTO CONSULPLAN - AG (CM BARBACENA)/CM BARBACENA/ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Associação de informações

Adriana, Bruna e Cléo são professoras em uma escola pública e lecionam as disciplinas de português, matemática e ciências, mas não necessariamente nessa ordem. Verificando a idade das três, a professora de português, que é prima de Bruna, é a mais nova. Além disso, considere que a professora de ciências é mais nova do que Cléo. Nesse contexto, é necessariamente **correto** afirmar que:

(A) Cléo é professora de português.

(B) Bruna é a professora mais velha.

(C) Adriana é professora de português.

(D) Cléo não é professora de matemática.

14. INSTITUTO CONSULPLAN - OASPM (PM RN)/PM RN/ASSISTENTE SOCIAL/2022

Assunto: Associação de informações

Adriana, Bárbara e Camila trabalham em um mesmo centro de saúde e exercem as profissões de cardiologista, ginecologista e médica da família, mas não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que a cardiologista é a mais velha das três profissionais da saúde. Além disso, Bárbara não trabalha na área de cardiologia. Adriana, que não é a médica da família, é mais nova que Bárbara. Nesse contexto, é correto afirmar que:

(A) Bárbara é cardiologista.

(B) Adriana é ginecologista.

(C) Camila é a médica da família.

(D) Camila é a mais nova das três profissionais de saúde.

(E) Bárbara é a mais velha das três profissionais de saúde.

15. INSTITUTO CONSULPLAN - OASPM (PM RN)/PM RN/FARMACÊUTICO/ANÁLISES CLÍNICAS/2022

Assunto: Associação de informações

Anselmo, Bernardo e Cristiano trabalham em um mesmo centro de saúde e são especializados nas áreas de cardiologia, ginecologia e oftalmologia, mas não necessariamente nessa ordem. Considerando a altura dos três profissionais, o cardiologista, que é cunhado de Bernardo, é o mais baixo. Adicionalmente, sabe-se que o oftalmologista é mais baixo do que Cristiano. Com base nessas informações, é correto afirmar que:

(A) Anselmo é cardiologista.

(B) Cristiano é cardiologista.

(C) Cristiano não é ginecologista.

(D) O oftalmologista é o mais alto dos três.

(E) Bernardo é o médico mais alto dos três.

16. INSTITUTO CONSULPLAN - AG (CM PARAUAPÉBAS)/CM PARAUAPÉBAS/POLÍCIA LEGISLATIVA/2022

Assunto: Associação de informações

No departamento de matemática de uma universidade, cada professor leciona uma única disciplina. As professoras Joana, Patrícia e Mariana lecionam as disciplinas de análise real, álgebra linear e estatística, mas não necessariamente nessa ordem. Considere que apenas uma das afirmações a seguir é verdadeira:

• Joana leciona análise real.

• Patrícia não leciona análise real.

• Mariana não leciona estatística.

Com base nessas informações, é **correto** afirmar que:

(A) Patrícia leciona estatística.

(B) Mariana leciona análise real.

(C) Joana não leciona estatística.

(D) Mariana leciona álgebra linear.

17. INSTITUTO CONSULPLAN - ACI (CM PARAUAPÉBAS)/CM PARAUAPÉBAS/2022

Assunto: Associação de informações

As amigas Mariana, Fabíola, Adriana, Cristina e Daniela possuem alturas distintas. Adriana não é a mais baixa e Mariana não é a mais alta. Fabíola tem uma altura menor que suas amigas Daniela e Adriana. Mariana é mais alta que Adriana. Cristina é mais baixa que Mariana. Qual das amigas é a mais alta?

(A) Fabíola.

(B) Daniela.

6. Instituto Consulplan - Adv Prev (PREVIFOR)/PREVIFOR/2021

Assunto: Atributos ou características dos atos administrativos

O ato administrativo, apesar de ser ato jurídico, é distinto dos atos de direito privado. Assim, é dotado de atributos ou características específicas que o tornam apto a ser submetido a um regime jurídico administrativo.

A seguir, estão elencados alguns dos atributos apontados pela doutrina como comuns aos atos administrativos, EXCETO:

- (A) Tipicidade.
- (B) Imperatividade.
- (C) Autoexecutoriedade.
- (D) Presunção de não veracidade.

7. Instituto Consulplan - ALeg (CM Itabira)/CM Itabira/2022

Assunto: Atos administrativos: espécies, classificação, fases de constituição

Os atos administrativos, quanto ao seu regramento, podem ser:

- (A) Internos e externos.
- (B) De império e de gestão.
- (C) Vinculados e discricionários.
- (D) Simples, compostos e complexos.

8. Instituto Consulplan - Res Jur (PGE ES)/PGE ES/2022

Assunto: Atos administrativos: espécies, classificação, fases de constituição

O Estado W aplicou uma multa de trânsito ao condutor do veículo T, por ter estacionado em local proibido. A multa aplicada pelo Estado W é considerada um ato administrativo:

- (A) Punitivo.
- (B) Negocial.
- (C) Ordinatório.
- (D) Enunciativo.

9. Instituto Consulplan - ACI (CM Parauapebas)/CM Parauapebas/2022

Assunto: Atos administrativos: espécies, classificação, fases de constituição

O Presidente da Câmara do Município Alfa expediu um ato administrativo determinando a suspensão de um adicional de escolaridade, pago ao servidor efetivo, Julius Baltazar, após ter recebido uma denúncia anônima de que o referido servidor apresentou diploma adulterado para obter a vantagem remuneratória. Após um processo administrativo apuratório, constatou-se que a denúncia era

falsa e que Baltazar fazia jus ao adicional. A partir do caso hipotético, assinale a afirmativa correta quanto ao ato administrativo expedido pelo Presidente.

- (A) Julius Baltazar é o sujeito do ato administrativo; em outras palavras, é aquele a quem o ato se destina.
- (B) O ato administrativo em questão é um decreto e deve ser precedido de ampla defesa e contraditório.
- (C) Verificada a ilegalidade da suspensão do adicional, deverá o Presidente revogar seu próprio ato administrativo.
- (D) O ato administrativo presume-se válido, goza do atributo da imperatividade e prescinde da aquiescência de Julius Baltazar.

10. Instituto Consulplan - FRen (Pref Caeté)/Pref Caeté/2022

Assunto: Atos administrativos: espécies, classificação, fases de constituição

A Secretaria de Fazenda do Município de Caeté promoveu uma capacitação para os servidores fiscais. Ocorre que o palestrante apresentou, em uma de suas falas, uma afirmativa contraditória no que diz respeito às noções de Direito Administrativo; assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) A licença de funcionamento é um ato administrativo municipal vinculado.
- (B) A multa, expedida em processo de fiscalização, não é autoexecutável.
- (C) A fiscalização dos comércios locais deve observar o princípio da impessoalidade.
- (D) A autorização municipal para o funcionamento de uma feira é um ato administrativo vinculado.

11. Instituto Consulplan - Tec Info (PGE SC)/PGE SC/2022

Assunto: Atos administrativos: espécies, classificação, fases de constituição

Rodolfo encontrava-se no prédio onde funciona a sede de órgão público municipal responsável pela arrecadação de tributos. Em determinado momento, Rodolfo decide se passar por funcionário público daquele órgão e começa a receber de alguns contribuintes valores relacionados ao pagamento de IPTU. Considerando a situação apresentada, e em relação aos atos administrativos, é **correto** afirmar que:

- (A) A conduta de Rodolfo, apesar de irregular, não pode ser considerada crime.
- (B) Trata-se de vício do ato administrativo, no que diz respeito ao elemento forma.
- (C) O ato administrativo praticado por Rodolfo é inválido, mas, nesse caso, pode ser perfeitamente convalidado.

(D) O ato administrativo praticado por Rodolfo deve ser considerado válido, devido à boa-fé dos contribuintes no momento do pagamento.

(E) Rodolfo não tem competência para a prática do ato administrativo, pois não está investido em cargo público. Trata-se de caso de usurpação de função pública.

12. Instituto Consulplan - Est Dir (PGE ES)/PGE ES/2022
Assunto: Desfazimento do ato administrativo (Anulação, Revogação, Cassação, Caducidade, Contraposição)

Astolfo é secretário estadual de administração e, nessa condição, praticou um ato administrativo com vício quanto ao motivo. Podemos afirmar que este ato é:

- (A) Nulo.
- (B) Anulável.
- (C) Revogável.
- (D) Convalidável.

13. Instituto Consulplan - FRen (Pref Caeté)/Pref Caeté/2022

Assunto: Desfazimento do ato administrativo (Anulação, Revogação, Cassação, Caducidade, Contraposição)

A autoridade máxima do órgão de fiscalização do Município de Caeté verificou que determinado ato, praticado por um servidor público subordinado ao setor, fora praticado em descumprimento à lei local. Sobre a extinção do ato administrativo, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) O servidor deve revogar seu próprio ato.
- (B) A autoridade pode anular o ato do subordinado.
- (C) A autoridade deve revogar o ato do subordinado.
- (D) O servidor é o único que pode anular seu próprio ato.

14. Instituto Consulplan - Adm (PGE SC)/PGE SC/2022
Assunto: Desfazimento do ato administrativo (Anulação, Revogação, Cassação, Caducidade, Contraposição)

Na hipótese da perda de efeitos jurídicos em virtude de norma jurídica superveniente contrária àquela que respaldava a prática do ato anterior, tem-se a:

- (A) Cassação.
- (B) Revogação.
- (C) Caducidade.
- (D) Invalidação.
- (E) Contraposição.

15. Instituto Consulplan - ATA II (PGE SC)/PGE SC/2022
Assunto: Desfazimento do ato administrativo (Anulação, Revogação, Cassação, Caducidade, Contraposição)

“Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser _____ pela própria Administração.” Sobre os atos administrativos, assinale a alternativa que completa **corretamente** a afirmativa anterior.

- (A) cassados
- (B) anulados
- (C) revogados
- (D) sobrestados
- (E) convalidados

16. Instituto Consulplan - PJ (CM Itabira)/CM Itabira/2022

Assunto: Convalidação e Conversão dos atos administrativos

O município Alfa aposentou um servidor efetivo da Câmara Municipal sob o fundamento de aposentadoria voluntária, após regular processo de aposentação, na exata data em que completou 75 anos de idade. O Tribunal de Contas do Estado, no processo de homologação, constatou que o servidor poderia se aposentar; todavia, o fundamento seria a aposentadoria compulsória, visto que não havia completado dez anos de serviço público naquela data.

Considerando que o Tribunal de Contas tenha determinado o aproveitamento do ato administrativo, este deverá ocorrer por meio de:

- (A) Reversão.
- (B) Anulação.
- (C) Conversão.
- (D) Ratificação.

17. Instituto Consulplan - Est Dir (PGE ES)/PGE ES/2022
Assunto: Convalidação e Conversão dos atos administrativos

Marta é governadora do Estado Alfa. Ao expedir um ato desapropriatório, cometeu um equívoco quanto à forma. Nesse caso, Marta:

- (A) Praticou ato de improbidade administrativa.
- (B) Terá o ato invalidado pelo Tribunal de Contas.
- (C) Teria expedido o ato certo se tivesse editado um decreto-lei.
- (D) A depender do vício, poderá convalidar o ato administrativo.

6. Instituto Consulplan - Est Dir (PGE ES)/PGE ES/2022
Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

São considerados fundamentos da República Federativa do Brasil, **EXCETO**:

- (A) A cidadania.
- (B) A soberania.
- (C) A dignidade da pessoa humana.
- (D) O pluralismo político-partidário.

7. Instituto Consulplan - Of Jud (TJM MG)/TJM MG/Assistente Técnico de Sistemas/2021

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Conforme expresso na Constituição Federal, a República Federativa do Brasil promoverá vida digna aos seus habitantes e tem como fundamentos, EXCETO:

- (A) Cidadania.
- (B) Soberania.
- (C) Pluralismo político.
- (D) Independência nacional.

8. Instituto Consulplan - NeR (TJ MS)/TJ MS/Remoção/2021

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Ping Fang é professor de História em escolas públicas mantidas pelo Estado EXCT e defende que seus alunos devem possuir noções de Constituição para poder exercer o direito como cidadãos. Escolhe como um dos temas iniciais o estudo dos princípios constitucionais. Tendo em vista a complexidade do tema, pede aos alunos que realizem pesquisa quanto aos princípios relativos à vida política. Nos termos da doutrina constitucional prevalecente, dentre tais princípios pode ser indicado o da:

- (A) Cidadania.
- (B) Soberania.
- (C) Integração.
- (D) Discriminação.

9. Instituto Consulplan - Ges Prev (IPASG)/IPASG/2021

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Sobre os princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A solução pacífica dos conflitos é um dos princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.
- (B) O princípio da independência nacional trata da so-

berania na ordem interna e da superioridade a todas as demais manifestações de poder de âmbito mundial. (C) Asilo político consiste no acolhimento de estrangeiro por parte de um Estado que não o seu, em virtude de perseguição por ele sofrida e praticada por seu próprio país ou por terceiro.

(D) O princípio da não-intervenção indica a obrigação dos Estados de não intervir, direta ou indiretamente, nos assuntos internos de outro Estado com a intenção de afetar ou subordinar sua vontade.

10. Instituto Consulplan - Tec (IPASG)/IPASG/Previdenciário/2021

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I. A dignidade da pessoa humana.
- II. Garantia do desenvolvimento nacional.
- III. Erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais.
- IV. Independência nacional.

Está correto o que se afirma apenas em

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.

11. Instituto Consulplan - Farm (Pref Ervália)/Pref Ervália/2021

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A Constituição Federal traz, em seu Art. 1º, os fundamentos da República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal. São considerados fundamentos da República Federativa do Brasil:

- (A) Dignidade da pessoa humana; cidadania; erradicação da pobreza.
- (B) Não-intervenção; igualdade entre os Estados; cidadania; soberania.
- (C) Independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos.
- (D) Soberania; cidadania; dignidade da pessoa humana; valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; pluralismo político.

12. Instituto Consulplan - Adv MD (CM Arcos)/CM Arcos/2020

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Os fundamentos são a base, os pilares do nosso ordenamento jurídico. Assinale a alternativa que NÃO contenha um fundamento da República Federativa do Brasil.

- (A) Pluralismo político.
- (B) Dignidade da pessoa humana.
- (C) Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- (D) Construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

13. Instituto Consulplan - Adv (Pref Formiga)/Pref Formiga/Público/2020

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Considerando os princípios fundamentais do Estado Brasileiro, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é, em toda a história constitucional brasileira, a mais preocupada com a tutela dos direitos humanos, o que fica nítido pela escolha dos princípios fundamentais do Estado, quais sejam: a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho postos juntamente com a livre iniciativa.

() Uma análise sistemática do texto constitucional faz ver que um grande número de dispositivos constitucionais palmilhou claramente o caminho do chamado estado do bem-estar social, clarificando a intenção constitucional de evitar as desigualdades sociais que poderiam advir da consagração apenas da livre iniciativa como princípio fundamental, sem compatibilizá-la com os valores sociais do trabalho.

() Consagrou-se, ainda, o princípio do pluralismo político, segundo o qual devem ser compatibilizadas as opiniões políticas divergentes, para a melhor gestão do Estado Brasileiro, impedindo, entretanto, que o exercício do poder venha a ser exercido de forma direta.

A sequência está correta em

- (A) V, V, F.
- (B) V, F, V.
- (C) F, V, V.
- (D) V, V, V.

14. Instituto Consulplan - Adv (Pref Formiga)/Pref Formiga/Social/2020

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Quanto aos princípios fundamentais do Estado Brasileiro, considerando a Constituição da República Federativa do Brasil, analise as afirmativas a seguir.

I. A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constituindo-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

II. O Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, da prevalência dos direitos humanos, da autodeterminação dos povos, da não intervenção, da igualdade entre os Estados, da defesa da paz, da solução pacífica dos conflitos, do repúdio ao terrorismo e ao racismo, da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e da concessão de asilo político.

III. A República Federativa do Brasil busca a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, buscando garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais além de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.

15. Instituto Consulplan - NeR (TJ MS)/TJ MS/Remoção/2021

Assunto: Características (Direitos Fundamentais)

Wei Huang é magistrado na Comarca VCXC vinculada ao Estado BNM, onde conduz um processo com questões intrincadas que combinam problemas do Direito Civil e do Direito Constitucional. Desejoso de apresentar um trabalho correto de análise e proceder à melhor decisão para o caso concreto, verifica que deve realizar a aplicação de direitos fundamentais contrapostos, caracterizando a colisão entre os mesmos. Nos termos da teoria constitucional, a colisão entre direitos fundamentais deve ser resolvida através da:

- (A) Presunção.
- (B) Subsunção.
- (C) Ponderação.
- (D) Amalgamação.

Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente as afirmativas anteriores.

- (A) I. Organização II. Planejamento III. Direção IV. Controle
 (B) I. Planejamento II. Direção III. Organização IV. Controle
 (C) I. Controle II. Organização III. Planejamento IV. Direção
 (D) I. Direção II. Controle III. Organização IV. Planejamento
 (E) I. Planejamento II. Organização III. Controle IV. Direção

8. Instituto Consulplan - Adm (PGE SC)/PGE SC/2022
 Assunto: Eficiência, eficácia e efetividade

Sobre análise custo-benefício e análise custo-efetividade, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Avaliações de custo-benefício requerem a transformação dos benefícios e impactos positivos de uma determinada política em valores monetários.
 (B) Avaliações de custo-efetividade comparam os custos em termos monetários com os impactos positivos e benefícios gerados de um determinado programa.
 (C) Tanto a avaliação custo-efetividade quanto a avaliação custo- -benefício permitem ao gestor público entender, de forma mais concreta, como os benefícios da política se comparam com seus custos.
 (D) A avaliação custo-efetividade, assim como a avaliação custo- -benefício, busca comparar os resultados de uma determinada política ou programa com o gasto monetário que esteve envolvido na sua realização.
 (E) Com a adoção da avaliação custo-efetividade, o processo de transformação dos impactos de uma política em valores monetários torna-se trivial, haja vista ser inteligível dimensionar o impacto para o beneficiário ou para a sociedade como um todo.

9. Instituto Consulplan - Adm (PGE SC)/PGE SC/2022
 Assunto: Escola da Administração Científica

Frederick Winslow Taylor foi o criador e participante mais destacado do movimento da administração científica. Seu trabalho junta-se ao de outras pessoas que, na mesma época, compartilhavam esforços para desenvolver princípios e técnicas de eficiência que possibilitassem resolver os grandes problemas enfrentados pelas empresas industriais. Na terceira obra, Taylor sintetiza os objetivos da administração científica; analise-os.

I. Desenvolver uma ciência para cada elemento do trabalho, para substituir o velho método empírico.

II. Selecionar cientificamente e depois treinar, instruir e desenvolver o trabalhador que, no passado, escolhia o seu próprio trabalho e treinava o melhor que podia.

III. Cooperar sinceramente com os trabalhadores, de modo a garantir que o trabalho seja feito de acordo com princípios da ciência que foi desenvolvida.

IV. Existe uma divisão quase igual de trabalho e de responsabilidade entre a administração e os trabalhadores.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
 (B) I e II, apenas.
 (C) II e IV, apenas.
 (D) III e IV, apenas.
 (E) I, III e IV, apenas.

10. Instituto Consulplan - ATA II (PGE SC)/PGE SC/2022
 Assunto: Escola da Administração Científica

No período clássico da administração entre os anos de 1900 a 1930 surge Frederick Taylor, o chamado “pai da administração científica”. Objetivando elevar a produtividade, é correto afirmar que Taylor:

- Estudou as funções individuais na usina.
- Redefiniu os métodos usados pelos trabalhadores.
- Cronometrou cada trabalho.
- Desmembrou cada tarefa em movimentos distintos.

Estes levantamentos resultaram no desenvolvimento nos princípios básicos da administração; analise-os.

I. Desenvolvimento de um método científico para cada elemento do trabalho de uma pessoa.

II. Relação ao melhor desempenho dos empregados quando se sentem depositários de atenção ou consideram que os dirigentes preocupam-se com seu bem-estar.

III. Seleção, treinamento e desenvolvimento científicos dos trabalhadores.

IV. Identificação dos cinco níveis de necessidades dos seres humanos, sendo que eles agem para satisfazer as suas necessidades não atendidas.

V. Incentivo à cooperação entre operários e gerentes, para que cada trabalho pudesse ser realizado de modo padronizado e determinado cientificamente.

VI. Divisão do trabalho e da responsabilidade entre gerentes e empregados com base em quem pode executar melhor uma tarefa específica.

Está correto o que se afirma apenas em

- (A) II e V.
 (B) I, III e IV.
 (C) II, IV e VI.
 (D) I, III, V e VI.
 (E) III, IV, V e VI.

11. Instituto Consulplan - ATA II (PGE SC)/PGE SC/2022
Assunto: Escola da Administração Científica

As principais funções que os gerentes desempenham incluem planejamento, organização, liderança e controle. Organizar envolve coordenar e alocar recursos de uma empresa, para que ela possa executar seus planos e atingir suas metas. Este processo organizacional é realizado por:

- (A) Controle; especialização; e, centralização.
- (B) Objetivo comum; controle absoluto; e, decisão.
- (C) Centralização de trabalho; formalização; e, decisão.
- (D) Divisão de trabalho; departamentalização; e, delegação.
- (E) Compartilhamento de intenções; centralização; e, neutralidade.

12. Instituto Consulplan - Tec (Pref Gonçalves)/Pref Gonçalves/O.M.E./2022

Assunto: Teoria das Relações Humanas (Abordagem Humanística da Administração)

As relações humanas são importantes, seja no ambiente familiar, entre amigos, nas práticas esportivas e, no ambiente de trabalho. Neste contexto, para que as organizações disponham e cultivem um ambiente harmonioso é fundamental que o convívio entre as pessoas seja sempre pautado pelo respeito mútuo, confiança, empatia, ou seja, condições essenciais para o desenvolvimento de relações sadias entre os colegas de trabalho. Sobre os aspectos que podem indicar a existência de boas relações humanas nas organizações, assinale a alternativa correta.

- (A) Degradação da imagem da empresa.
- (B) Rotatividade de pessoal e perda de clientes.
- (C) Atritos e atrasos nas rotinas administrativas e/ou operacionais.
- (D) Conquista de novos clientes e melhor qualidade de produtos e/ou serviços.

13. Instituto Consulplan - Aux (ISGH HRVJ)/ISGH HRVJ/ Administrativo/2022

Assunto: Teoria das Relações Humanas (Abordagem Humanística da Administração)

Atualmente, as organizações investem cada vez mais na qualidade de vida e bem-estar de seus colaboradores a partir da convicção do valor estratégico do seu capital intelectual; entretanto, esta é uma conquista recente e que ainda precisa ser ampliada para demais regiões ou setores da economia. Talvez, o que algumas pessoas não saibam, é que foi a Teoria das Relações Humanas a precursora, dentre as teorias administrativas, para a democratização e a humanização da administração, libertando-a dos conceitos clássicos e mecanicistas.

São os principais conceitos que caracterizam a Teoria das Relações Humanas:

- (A) Autoridade Centralizada; Linhas Claras de Autoridade.
- (B) Organização como Grupo de Pessoas; Delegação de Autoridade.
- (C) Organização como Máquina; Ênfase nas Tarefas ou na Tecnologia.
- (D) Acentuada Divisão do Trabalho; Especialização e Competência Técnica.

14. Instituto Consulplan - ATA II (PGE SC)/PGE SC/2022
Assunto: Administração por Objetivos (APO)

A respeito de Administração por Objetivos – APO, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Tem como vantagem possibilitar ao administrador o controle de seu próprio desempenho.
- (B) É um método de planejamento e avaliação e como tal se situa dentro do ciclo administrativo.
- (C) É um método global que diz respeito não só às técnicas de direção e administração, como também às pessoas, considerando os aspectos externos e internos das organizações.
- (D) Baseia-se no princípio da motivação do comportamento humano. Contudo, é apenas um método de trabalho, não podendo ser entendido como uma filosofia da administração.
- (E) É um processo em que chefes e subordinados identificam objetivos comuns, definem as áreas de responsabilidade de cada um em termos de resultados esperados e usam essas medidas como guias para a operação dos negócios.

15. Instituto Consulplan - Res (Pref POA)/Pref POA/ Administração/2021

Assunto: Teoria da Burocracia

“Depois de muitos anos de trabalho, Paulo, finalmente, conseguiu realizar o sonho de adquirir uma casa própria e sair do aluguel. O imóvel foi assim adquirido: parte com recursos próprios e parte com recursos oriundos do financiamento imobiliário. Para dar entrada nos documentos junto ao Banco Financiador, Paulo necessitou ir à prefeitura de sua cidade retirar uma certidão negativa de débitos tributários. Ao chegar ao setor responsável, foi avisado sobre a necessidade de pagar uma taxa, aguardar 48 horas e depois retornar. Passado o prazo, Paulo retornou à prefeitura com o recibo de pagamento do boleto para, então, solicitar a certidão, mas, novamente, foi avisado da necessidade de protocolar o recibo, junto a um requerimento, e aguardar mais sete dias úteis para, finalmente, retirar a certidão. Desconsolado, pois acreditava que conseguiria resolver a papelada do financiamento